

"Inexpressiva" para o Governo, a "maior de sempre" para os sindicatos

Centrais celebram níveis de adesão e admitem nova greve, Governo desvaloriza e fala de uma greve de minoritários. Na ressaca, Chega desloca críticas de há um mês para Montenegro

Manuel Carvalho

Daily, uma cubana a viver há três anos em Portugal, estava há quase uma hora à espera de um autocarro em Lisboa e vivia uma situação "desconfortável", mas aceitável, porque os "trabalhadores estão a exigir os seus direitos". Ana Carolina acaba de saber que não haverá aulas do 1.º ciclo para a sua filha, mas não se incomoda porque "a greve acaba por ser a única maneira que o trabalhador tem de mostrar que está descontente". Daniela Gama, 41 anos, simpatiza com a paralisação porque está há 15 anos na mesma empresa e nunca sentiu "insegurança no meu trabalho", até que, agora, percebe "que isso mudou, que se instalou um medo nos colegas". Ana Malveira estava a caminho do Rossio para se juntar à manifestação, porque trabalha há 33 anos no sector privado e considera a proposta de mudança da legislação laboral do Governo "é um

ataque à estabilidade de qualquer trabalhador".

Casos como este, recolhidos ontem pelo PÚBLICO, multiplicaram-se por todo o país e deram origem a "uma das maiores greves gerais de sempre", talvez mesmo "a maior", na avaliação de Mário Mourão, líder da UGT, a central que com a CGTP está na origem da sua convocação. Na habitual guerra de palavras das lutas laborais, o Governo desvalorizou a mobilização. Primeiro pelo ministro da Presidência, António Leitão Amaro, que observou que "cerca de 95% dos trabalhadores não aderiram à greve", o que resultou num "nível de adesão inexpressivo, em particular no sector privado e no sector social".

E já a meio da tarde por Luís Montenegro, o primeiro-ministro, que dividiu o país em duas partes e considerou a "parte que está a exercer o seu legítimo direito à greve é a parte minoritária", enquanto "a parte largamente maioritária está a trabalhar e nós estamos também a trabalhar",

disse. O Governo reconhece ainda assim que os resultados da adesão à greve no sector público tiveram impacto.

De Norte a Sul do país, centenas de escolas, de repartições, ou de hospitais e centros de saúde fecharam as portas. A Federação Nacional dos Médicos fala de níveis de adesão destes profissionais acima dos 90%. As evidências da paralisação no sector público dos transportes foram também reconhecidas. "Mais parece uma paralisação da função pública", notou Leitão Amaro. Uma tese partilhada na Assembleia da República pela líder da Iniciativa Liberal, Mariana Leitão, que de passagem acusou os partidos de esquerda, "do PS ao Bloco de Esquerda", de quererem "sequestrar o país", e deixou-lhes uma mensagem: "Digam aos vossos sindicatos para saírem da frente e deixem o país trabalhar."

O debate dos privados

Sem dados definitivos e rigorosos sobre as incidências no sector priva-



do, sobram as impressões do Governo ou os dados da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), que levaram o seu presidente, Armindo Monteiro, a afirmar que "a economia real está a funcionar em todo o país". O retrato da confederação resulta de um levantamento "junto de empresas e associações dos diversos sectores", segundo o qual "não existem empresas paradas". Uma recolha de 52 páginas

com listas de empresas privadas e instituições paralisadas ou afectadas por altas taxas de adesão feita e divulgada pela CGTP ao princípio da tarde mostrava outra realidade. No elenco dava-se conta de perturbações na fileira da indústria têxtil da Cova da Beira e paragens de produção ou operação em unidades como a Autoeuropa, a Mitsubishi Fuso, a Visteon, a DanCake, a Ceralto, a Exide Techno-

Os números que marcaram o dia da greve geral

516

Escolas. Ainda não são números finais, mas até às 14h só na Grande Lisboa tinham fechado 516 escolas, segundo dados revelados pelo secretário-geral da Federação Nacional de Professores. Números da Federação Nacional de Educação

indicam que na região Centro 80% das escolas encerraram.

63

Voos. Ao início da manhã, o presidente do Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil fez o ponto de situação sobre o que estava previsto para a operação

aérea. "Dos 283 voos previstos na TAP vão ser operados apenas os voos de serviços mínimos, que são cerca de 63." O Metro em Lisboa parou.

2% a 3%

Indústria. Nas empresas, independentemente do sector de



actividade, as faltas de trabalhadores situaram-se na generalidade entre 2% e 3%, chegando pontualmente aos 5%. Este é foi o balanço feito pela CIP. Armindo Monteiro, o líder da confederação que junta a indústria, disse que a economia real esteve "a funcionar em todo o país". Mas, a maior fabricante em Portugal, a Autoeuropa, parou completamente.



logies ou na Super Bock Logística. Em empresas sem grandes tradições nas lutas laborais, como na Renault de Cacia, a greve causou transtorno.

A adesão à greve nas empresas, em especial na indústria, foi “provavelmente maior do que em outras greves”, admite Manuel Carvalho da Silva, ex-secretário-geral da CGTP e doutorado com uma tese em torno da “Centralidade do Trabalho e Acção

Esta greve geral de dia 11 pode vir a funcionar como um “ensaio” para nova paralisação

Colectiva. Sindicalismo em Tempo de Globalização”. A mesma opinião tem José Silva Peneda, ex-ministro do Emprego e Segurança Social de um governo do PSD. “Não medi”, afirma, mas “admito que nesta greve o sector privado teve mais peso”. Fotografias de piquetes de greve nas páginas das centrais sindicais davam conta da diversidade de empresas onde a greve mobilizou trabalhadores.

social. Na ressaca da greve, estima Silva Peneda, “isto só se resolve se o primeiro-ministro se empenhar”. Um “empenho” que “dá muito trabalho e exige paciência, mas ele tem muita habilidade para estas coisas”, acrescenta. Não sendo previsível que o anteprojecto contestado seja liminarmente ignorado, o Governo tem a possibilidade de colocar em cima da mesa outras matérias que interessem mais aos sindicatos ou aos patrões (formação profissional, natalidade, vida profissional e familiar, por exemplo), “para dar início a uma verdadeira negociação que envolva todas as partes”, acrescenta Silva Peneda.

social. Na ressaca da greve, estima Silva Peneda, “isto só se resolve se o primeiro-ministro se empenhar”. Um “empenho” que “dá muito trabalho e exige paciência, mas ele tem muita habilidade para estas coisas”, acrescenta. Não sendo previsível que o anteprojecto contestado seja liminarmente ignorado, o Governo tem a possibilidade de colocar em cima da mesa outras matérias que interessem mais aos sindicatos ou aos patrões (formação profissional, natalidade, vida profissional e familiar, por exemplo), “para dar início a uma verdadeira negociação que envolva todas as partes”, acrescenta Silva Peneda.

Mas, para lá desse caminho, as “pequenas luzes que por vezes as greves acendem”, nas palavras de Carvalho da Silva, começam também a mudar o posicionamento político de um partido que vários analistas admitiam poder viabilizar o projecto do Governo no Parlamento: o Chega. Se há um mês André Ventura dizia que o país “não precisa de greves gerais”, ontem, em entrevista à Antena 1, culpava o executivo pela paralisação. O Governo, explicou, “optou por uma espécie de linha liberal, que dá ideia a quem trabalha de que pode ser despedido a qualquer altura, que vai perder direitos e que só interessa quem manda e não quem trabalha, e isso é errado”. Para Carvalho da Silva, “as piroetas de André Ventura são sintoma” dos “efeitos políticos” que a greve pode ter desencadeado.

Os efeitos da greve no futuro

No centro do conflito, Governo e centrais sindicais reclamam vitória com o troféu da grande greve ou da pequena greve, mas não desistem do caminho da negociação. Leitão Amaro disse que o Governo promete “ouvir” e os sindicatos, em especial a UGT, admitem sentar-se outra vez à mesa. Mas, embalada pela sua própria avaliação do sucesso da jornada de luta, “para a UGT esta greve geral é um começo”, avisou Mário Mourão.

Com a parceria com a CGTP cimentada pela mobilização do dia, sobram dois caminhos: ou uma nova negociação, ou “uma longa luta”. Uma nova greve geral não foi descartada. Os “efeitos políticos” da greve prometem entrar na agenda da política nacional nos próximos tempos.

Com a parceria com a CGTP cimentada pela mobilização do dia, sobram dois caminhos: ou uma nova negociação, ou “uma longa luta”. Uma nova greve geral não foi descartada. Os “efeitos políticos” da greve prometem entrar na agenda da política nacional nos próximos tempos.

80%

UGT. A central sindical liderada por Mário Mourão estima que a greve geral tenha tido uma adesão acima de 80%. Citado pela Rádio Renascença, o sindicalista admitiu que haja uma segunda greve geral, endurecendo o confronto.

3 milhões

CGTP. No balanço da CGTP, pelas 13h05, o secretário-geral Tiago Oliveira afirmou que a adesão à greve ultrapassou os três milhões de trabalhadores. A previsão surgiu depois de o Governo ter dito que a “esmagadora maioria” do país estava a trabalhar.



1,6%

INEM. Ao início da tarde, o balanço feito pelo INEM era de que a greve geral não estava a afectar o funcionamento da emergência médica, com uma taxa de adesão de apenas 1,6%. Já a Federação dos Médicos aponta para uma adesão de 90%.

23h30

Media. O Governo falou em adesão na comunicação social “inexpressiva”. A Agência Lusa parou às 23h30 de quarta-feira e a Antena 1 esteve sem serviço noticioso entre as 10h e 16h. Vários órgãos referiram a redução de produção noticiosa.

ID: 120561272

12-12-2025

Lisboa

“Não tenho hipótese de fazer greve. Se pudesse, fazia”, diz Luca, precário

Lisboa viveu um dia calmo, sem o trânsito habitual. Quem circulou ou trabalhou compreende os motivos da greve e foram vários que disseram que só não aderiram porque não podem

Reportagem

Samuel Alemão

Numa paragem de autocarro na Avenida Almirante Reis, junto à Praça do Chile, o trânsito vai passando lento, menos que o habitual. Há uma estranha calma, como se fosse um domingo de manhã. Faltam cinco minutos para as dez da manhã e António (nome fictício), 74 anos, tenta saber qual o próximo autocarro que o pode levar até Santa Apolónia.

Veio às compras e, com o quotidiano alterado, consequência da greve geral, está com dúvidas sobre se o serviço de transportes lhe assegura o caminho de volta. Pergunta, por isso, a um rapaz magro, de óculos redondos, sentado no banco sob o abrigo, quais as linhas que têm estado a circular e se sabe qual a melhor opção para o levar ao destino. O rapaz, Luca Mendes, 28 anos, abre uma aplicação no telemóvel para o tentar ajudar. Será o 706 da Carris, informa-o.

Mas o transporte de Luca, o 708, aparece num instante e ele tem de se levantar. É a hipótese de o levar até ao trabalho, numa empresa de tecnologia de informação, situada no Parque das Nações, onde tem a função de fazer traduções. Porque não faz greve? “Não tenho hipótese de fazer greve. Se pudesse, fazia”, confessa ao PÚBLICO, explicando que a sua situação laboral precária não lhe permite pensar em parar para protestar.

No café Big Lanche, na esquina da Avenida Almirante Reis com a Rua Pascoal de Melo, o movimento é menor que o usual. Atrás do balcão, Sónia Pinto, 46 anos, vai atendendo os clientes a um ritmo mais lento. “Olhe, vim trabalhar, mais por descargo de consciência, para ele não ficar aqui sozinho, coitado. Mas concordo totalmente com a greve”

Ao balcão está Isabel Haber, 64 anos. “Estou super a favor da greve. Mas a seguir vou para casa

trabalhar, infelizmente, porque não tenho hipótese. Tenho um relatório para entregar”, diz a tradutora de inglês, francês e espanhol, em regime de trabalho independente. “Este pacote laboral é uma vergonha. Vai roubar-nos os direitos”, considera. “Este Governo está a ser uma vergonha. Se calhar, se tivessem avisado que iam fazer uma coisa destas, não tinham ido para lá”, comenta. “

Do outro lado da rua, à espera que o verde caia, está uma mãe, de óculos de sol, a sorrir para uma criança no carrinho de bebé. “Sinto que devia fazer greve. Mas não vou parar, infelizmente. Não me sinto segura para fazer greve. Estão a fazer alguns despedimentos na minha empresa”, diz Daniela Gama, 41 anos, engenheira do ambiente.

Na Praça do Saldanha, não fossem as entradas do metro estarem fechadas, dir-se-ia ser um dia quase normal, com muito trânsito e gente a andar de um lado para o outro. O comércio está praticamente todo aberto. Mas olhando com mais atenção, percebe-se que, afinal, o movimento não é tanto como num dia útil. Está é sobretudo uma zona de escritórios e serviços, a maior parte do sector privado. Embora existam aqui repartições públicas, a mais importante das quais a Loja do Cidadão, situada sobre o Mercado 31 de Janeiro. Aqui a greve geral teve um efeito quase total. Não há ninguém nas vastas salas de espera.

Apenas estão a funcionar os balcões da Câmara de Lisboa e da EMEL. Há ainda um posto do Instituto de Registo e Notariado a funcionar. “Está tudo fechado. Os que aparecem são estrangeiros”, diz a funcionária ao PÚBLICO.

Lá fora, continua o corrúpio que associamos ao Saldanha. Há gente a entrar e a sair de lojas. E funcionários encostados à parede, olhando para os telemóveis, enquanto fazem uma pausa para fumar. Uma delas é Maria (nome fictício), 29 anos, gerente de uma loja de roupa no Atrium Saldanha. Dos seus cinco funcionários, dois

fizeram greve. “Acho que toda a gente deve protestar, deve ter esse direito. Mas confesso que ainda tenho muitas dúvidas sobre o que está em causa”, diz.

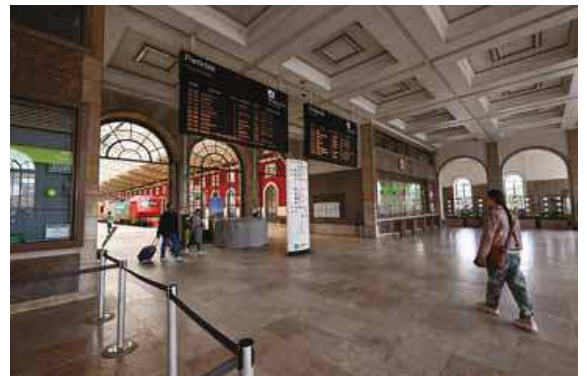
Um pouco mais abaixo, em Picoas, à saída da Torre FPM41, um conhecido edifício de escritórios, há gente a sair para ir almoçar. Um deles é Gustavo Marques, 23 anos, consultor fiscal numa das empresas ali instaladas. “Só conheço um colega que fez greve”, diz. Porque não faz greve? “Para mim não faz qualquer sentido. Não sei se é da fase em que me encontro na vida, mas não tenho interesse, de todo, em aderir.”

Comércio normal

O livro absorve por completo a atenção de José Augusto. Passam poucos minutos das quatro da tarde e o funcionário público de 65 anos deixa-se levar pelas primeiras páginas de “Crónicas - Volume 1”, de Bob Dylan, publicado há alguns anos, mas por ele acabado de comprar, numa grande superfície dentro do Centro Comercial Colombo, em Lisboa.

José Augusto decidiu aderir à greve geral. “Estou em greve, estou”, diz ao PÚBLICO, sorrindo. “Costumo sempre fazer greve. Mas agora acho que estamos a chegar um momento em que se percebe que está a criar-se um cenário muito difícil para os trabalhadores”, diz, notando o que considera ser uma “grande ameaça aos direitos laborais”. Muitos dos seus colegas também fizeram greve. Bastantes, mesmo. Mas ele não acha que a paralisação se esteja a fazer sentir na afluência ao Colombo. “Nem está assim tanta gente. Até estava a pensar que, por causa da greve, ia estar aqui muito mais gente. Está como nos outros dias”, conclui.

A opinião de José Augusto é partilhada por um jovem lojista de uma marca de calçado para praticantes de *skate*. “Está mais ou menos como nos outros dias de semana. Não se nota grande diferença”, diz. As portas da estação de metro estão fechadas e, por isso,



Na capital, o dia de greve começou como se fosse uma manhã de domingo. Ao final da tarde, um protesto animou a zona do Parlamento

muita gente não terá vindo. Mas há engarrafamentos de TVDE nas imediações.

Aqui é fácil encontrar quem se manifeste a favor da paralisação convocada pelas duas centrais sindicais, para contestar as reformas laborais. Mas também quem se lhe oponha.

FOTOGRAFIA: HORACIO VILLALOBOS/GETTY IMAGES



É o caso de Vanda Tavares, 49 anos, professora de matemática no ensino básico há um quarto de século e que o PÚBLICO encontra carregando vários sacos de compras. Hoje trabalhou, da parte da manhã, entre as 8h e as 13h, dando aulas a alunos do 5º e 6º anos na Escola Básica Roque Gameiro, na Amadora. “Toda a vida fiz greves e, sinceramente, até acho que fui prejudicada. E como não estou totalmente certa dos motivos desta greve, decidi não aderir”, afirma. “Olhe, não sei se é por o meu marido estar no sector privado, sinto que também é preciso ver o outro lado”, afirma.

“Sorte e azar”

Pelas 11h, Ana Campos saiu dos portões do Hospital Santa Maria com o marido e Lourenço, o filho de quatro anos. A consulta de pediatria, marcada em janeiro, acabou por não acontecer devido à greve geral. Também Maria de Fátima Monteiro, que veio de Cabo Verde para iniciar tratamen-



Este Governo está a ser uma vergonha. Se calhar, se tivessem avisado que iam fazer uma coisa destas, não tinham ido para lá

Isabel Haber
Tradutora

to para um problema neurológico, esteve cerca de duas horas à espera e acabou por ficar sem consulta.

Mas mesmo com muitos serviços a não funcionarem devido à ausência de profissionais, alguns médicos mantiveram as suas consultas. Foi a “sorte” de Mafalda Sousa Pinto, que sofre de síndrome de Tolosa-Hun e conseguiu ser vista pela médica, e de Célia, que fez-se acompanhar da sua filha Carla, para a consulta de estomatologia.

“O serviço da urgência está a funcionar, os serviços mínimos como os blocos operatórios, os básicos da urgência têm de estar assegurados. Há médicos a dar consultas, mas muitos dos doentes que me perguntavam logo se havia consulta, voltaram para trás e pareciam chateados”, acrescenta o voluntário Luís, que também refere que não foi possível fazer requisições de ambulâncias, porque o balcão onde este serviço é solicitado encontrava-se fechado. **com Maria Línhares**

Parlamento

IL quis discutir trabalho, debate explodiu e liberais votaram sozinhos

João Pedro Pincha

Não é preciso muito para que um debate parlamentar em que se discute legislação laboral seja animado. Mas em dia de greve geral, com milhares de pessoas em protesto à porta da Assembleia da República, e com o Governo a divergir totalmente dos sindicatos, o animado tornou-se explosivo e o hemiciclo dividiu-se irremediavelmente.

A Iniciativa Liberal (IL), que agendou este debate potestativo, levava a votos três projectos de lei e um de resolução em várias áreas: para garantir serviços mínimos na educação em dias de greve; para alterar a composição da concertação social; para criar um regime de compensação pelas falhas dos serviços públicos e para fazer convergir a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFFP) com o Código do Trabalho e assim acabar com aquilo que o partido diz ser um “dualismo” entre trabalhadores do público e do privado.

Se a IL considerou oportuno trazer estes temas em dia de greve, porque é agora que “o debate está vivo”, toda a esquerda viu nas suas propostas uma “provocação”, uma “hipocrisia” e nada mais do que uma “prova de vida”. Já o PSD, o CDS e o Chega concentraram as suas críticas ao PS, ao PCP, ao Livre e ao BE, deixando os liberais a votar sozinhos. Resultado: todas as iniciativas chumbadas.

Logo a abrir, Mariana Leitão defendeu que as propostas liberais eram “a favor dos trabalhadores” e contra “aqueles que querem manter um Portugal pobre e atrasado”, concretizando em seguida a quem se referia. Ao Governo, que “revela falta de coragem para reformar o próprio Estado”; aos partidos “do PS ao BE”, a quem acusou de quererem “sequestrar o país” por apoiarem a greve geral; aos sindicatos, que se manifestam “sempre que o país tenta dar saltos no seu desenvolvimento”.

A líder liberal utilizou o argumento do Governo, declarando que “a chamada ‘greve geral’ é feita sobretudo por sindicatos afectos à administração pública, precisamente os únicos que não são afectados pelas alterações ao Código do Trabalho.”

Repetindo uma e outra vez que a greve geral “fracassou”, que foi “inexpressiva”, feita por “um grupo relativamente reduzido de pessoas”, ou que os sindicatos representam “apenas 7% dos trabalhadores”,

vários deputados do PSD também frisaram a disponibilidade do Governo para o diálogo, acusando as centrais sindicais de terem escolhido a paralisação antes de estarem esgotadas as outras vias negociais.

“Hoje era o dia em que supostamente a extrema-esquerda ia demonstrar que servia para alguma coisa, que ia parar o país”, atirou o centrista João Almeida. Mas, acrescentou, “Portugal virou a página da ditadura do sindicalismo”. Pelo Chega, Patrícia Almeida dirigiu uma mensagem aos grevistas: “Se não querem trabalhar, rua.”

O líder parlamentar do PS, Eurico Brilhante Dias, gritou “viva a greve geral” a partir do púlpito, descrevendo-a como “uma grande, grande greve” em que “os trabalhadores prescindiram de um dia de salário” para dar uma “grande derrota” ao Governo. “Em vez de discutirmos as causas da greve, querem atirar os trabalhadores do sector público contra os do sector privado”, acusou.

Já antes Paula Santos, do PCP, tinha elogiado os trabalhadores por reagirem “à brutal ofensiva que constitui este pacote laboral”, mesmo “perante a chantagem” do executivo. “Vêm para aqui dizer que a greve é um direito, mas bem lá no fundo desejavam que não fosse exercido”, atirou, acusando a IL de “provocação” e “hipocrisia”: “Partidos que nunca tiveram preocupações com os trabalhadores vêm em dia de greve dizer que também há direito ao trabalho.”

“Tiveram necessidade de vir fazer uma prova de vida?”, provocou Patrícia Gonçalves, do Livre, originando uma gargalhada bem audível na bancada da IL. “Convocar este debate hoje não é nada inocente. É um desrespeito pelos trabalhadores e pela sua mobilização democrática”, concluiu a deputada de esquerda. Paulo Muacho, do mesmo partido, diria depois que as propostas liberais eram um “pacote anti-greve e anti-sindicatos”. E apontou o que lhe pareceram incongruências no discurso do PSD: “Ora dizem que os sindicatos instrumentalizam os trabalhadores, ora dizem que a greve é inexpressiva. Se têm dúvidas que há greve, vão ali à varanda”, atirou, quando do exterior já se ouviam os manifestantes a cantar Grândola, Vila Morena.

“O PS, o Livre, o PCP e o Bloco já nem se distinguem no discurso. Continuam com a mesma incapacidade de acompanhar a evolução do mundo”, lamentou Mariana Leitão, no encerramento.



No Porto, os transportes tiveram limitações, mas o comércio de rua abriu

Porto

Quem tinha mesmo de ir ao Porto, foi. Apesar da greve geral

Mesmo com constrangimentos, quem tinha “primeiras consultas”, testes na escola ou outro tipo de compromisso – e, claro, quem tinha mesmo de ir trabalhar –, foi

Reportagem

Ana Isabel Pereira Texto
Nelson Garrido Fotografia

À primeira vista, não se daria pela greve geral. Às 7h15, o trânsito na cidade do Porto parecia normal para aquela hora, já estavam abertos os cafés e pastelarias que habitualmente madrugam com quem pica cedo o ponto noutras sectores. Foi assim no café que fica junto à sede do INEM na Invicta, em Faria Guimarães: já estava aberto e ao instituto chegavam àquela hora os técnicos de emergência médica para o turno da manhã – o Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar recuou à última hora e não aderiu à paralisação.

Onde se descobriam diferenças

era na recolha de lixo – alguns pontos tinham resíduos volumosos espalhados do lado de fora dos contentores e numa rua do centro até um “monstro” jazia no passeio – e, sobretudo, nas paragens de autocarro e nas estações de metro e de comboio. Sabendo da greve geral, muitos dos que tinham mesmo de se deslocar, para trabalhar, ir a uma consulta ou a outro compromisso, prepararam-se como podiam. “Estudaram” os serviços mínimos e levantaram-se mais cedo para garantir que apanhavam um transporte.

A esta hora, são vários os alunos que, em diferentes escolas do Porto, estarão, como Eduardo e Maria, à porta das suas escolas, fechadas por falta de funcionários e professores, à espera de boleia dos pais ou de uma solução para voltarem para casa. Hoje, não há

aulas. Eduardo e Maria estavam no exterior da Escola Secundária Aurélio de Sousa. Disseram-nos que tinham mesmo de vir.

Foi isso que fizeram Gabriele e Teresa. As duas amigas iam a uma palestra na Universidade do Minho em Guimarães, marcada para as 15h. Antontem, contactaram por telefone a CP, e souberam que o comboio para o qual tinham bilhete estava entre os suprimidos. Conseguiram trocar a viagem para um comboio que se realizaria.

“Ligámos para cá e falámos com um funcionário que nos ajudou. Foi super solícito. No site da CP também havia informação sobre os serviços mínimos”, contou ao PÚBLICO Teresa, uma meia hora antes de chegar o comboio por que esperava a dupla e que chegaria às 8h25. À hora que as duas amigas falavam com o PÚBLICO, cerca das 7h40,

no ecrã do átrio principal da estação de São Bento, num total de 24 comboios, dez apareciam como tendo sido suprimidos. E, para duas das ligações, a hora tinha mudado.

As duas amigas moram em Gaia, numa zona servida pela Linha Amarela, e foi de metro que chegaram a S. Bento. Apanharam o primeiro veículo que passou e “ainda estava tranquilo”. Nem uma hora mais tarde e a situação já seria outra. As composições circulavam apinhadas, como a que o PÚBLICO apanhou em General Torres às 8h20 rumo a S. Bento, mas lá iam dando para as “encomendas”. Também a Metro do Porto disponibilizou informação online, mas apenas a quantidade de veículos que circulariam a cada momento.

Tirando quando chegavam comboios, e no espaço de uns 20 minutos, chegaram dois, só ali estavam meia dúzia de passageiros, os segurancas privados e o PÚBLICO. A bilheteira funcionava, mas não havia a habitual azáfama que caracteriza a estação. E turistas a fotografar os seus icónicos painéis de azulejo nem vê-los.

Seria assim em grande parte da cidade. Já cafés, supermercados e estabelecimentos de comércio tradicional estiveram quase todos abertos. Sem o mesmo movimento, ouviam-se melhor as obras de expansão da rede da Metro do Porto, como se nada fosse.

Pelas 8h50, os alunos da Escola Secundária Aurélio de Sousa, muito perto do Marquês, já sabiam que não teriam aulas. Nas ruas adjacentes ao estabelecimento de ensino vários estudantes regressavam a casa. À porta, um pequeno grupo aguardava boleia dos pais e/ou estudava ainda a melhor forma de voltar para casa. Eduardo, Maria e Gustavo, todos na mesma turma do 10.º ano, explicaram ao PÚBLICO que só foram para a escola de manhã porque tinham uma avaliação. “Era à primeira hora da manhã. Tínhamos de vir para saber”, atirou logo Maria, que para chegar ao centro do Porto ligou a uma amiga às sete da manhã a pedir boleia “porque não havia autocarros nem metros”. “Cheguei aqui muito cedo e tive de ficar ali num café à espera que a escola abrisse.”

Abriu, abriu, mas só para informar os alunos de não estavam reunidas as condições de segurança para a escola funcionar. Só um quarto do pessoal não docente se apresentou ao trabalho, se tanto. Professores, também eram poucos. E a cantina não funcionaria. Noutras escolas do Porto, mesmo sem refeições escolares, algumas turmas tiveram aulas, porque tiveram professores, mas sobretudo porque havia auxiliares para apoiar os docentes.

Eduardo também acordou mais cedo, meia hora, para se certificar

“Os trabalhadores não comem gelados com a testa. A única luta que se perde é a luta que se abandona. O pacote é para cair

Dirigente da CGTP

ID: 120561272

12-12-2025

que teria autocarro. “Quando cheguei à paragem, não estava ninguém. Venho de Gondomar e era a única pessoa no autocarro que apanhei, para Campanhã.” Dali, seguiu a pé para a escola, porque não passava qualquer autocarro “e o metro estava muito cheio”.

Nas Consultas Externas do Hospital de S. João encontramos José Augusto Barbosa, 72 anos, doente oncológico e acompanhado há muito nesta unidade hospitalar. Depois do cancro no pulmão, é agora um nódulo na tiróide que o desassossegava. Não sabe se é benigno ou maligno. Só que o detectaram no acompanhamento que já vinha fazendo a outro problema de saúde. Como era a “a primeira consulta para esta médica”, não quis faltar.

José Augusto tinha consulta às 10h30 mas já ali estava “há duas horas”. Saiu cedo de Alfena, em Valongo, e entrou no primeiro autocarro que lhe apareceu. “Nem sabia o horário, mas só esperei 5 minutos. Entrei num autocarro da UNIR [a nova rede de autocarros da Área Metropolitana do Porto], mas podia ter vindo no 704 [da STCP], se houvesse.” Tudo para não falhar a primeira consulta da especialidade, pedida com urgência pelo oncologista que já o acompanha por causa do cancro do pulmão. “Nunca falho. Quando há marcações, há.”

Maria da Conceição Barbosa, 69 anos, também esperava “uma primeira consulta”, pedida pela própria, ali acompanhada há vários anos em Ortopedia e Cirurgia Vascular. “É rotina”, explica ao PÚBLICO. Mas uma “rotina” há muito aguardada. Conseguiu fazer um exame, prévio à consulta, mas à hora da conversa com o PÚBLICO não tinha certezas sobre a consulta. “Da parte de enfermagem informaram há pouco que não havia ninguém”, disse-nos. E, de facto, os ecrãs que exibiam a “chamada”, por senhas, dos utentes para “enfermagem/colheitas” estavam em branco. Também não se via vitalma nos postos de atendimento. Luís Grabulho, presidente do Sindicato dos Profissionais Administrativos da Saúde (SPAS), confirmou, minutos depois, que “o impacto da greve é superior a 90%.

Ao início da tarde, as atenções voltaram-se a concentração na praça da Liberdade – os Aliados estavam ocupados pelo palco dos concertos de Natal e Fim do Ano. “Para trás, mijá a burra.” Lê-se num dos muitos cartazes empunhados por gente de todas as idades e sotaques vários. Os discursos não são muito audíveis por quem assiste nas laterais da parte mais a sul da avenida. “Podemos dizer que os trabalhadores não comem gelados com a testa. Camaradas, a única luta que se perde é a luta que se abandona, o pacote é para cair”, diz um representante da CGTP.

Milhares de actos programados para remarcar Efeito das greves no Serviço Nacional de Saúde dura meses

Inês Schreck

Milhares de utentes de todo o país viram as suas consultas, cirurgias e exames serem cancelados pela greve geral de ontem, e aguardam agora pela remarcação dos actos programados. Alguns terão resposta nos próximos dias, outros dentro de meses, depende de cada unidade e do tipo de cuidados a agendar. Num SNS muito pressionado pela procura, o impacto das greves estende-se além do dia do protesto.

“Não é possível prever o tempo que os hospitais vão demorar a recuperar estes doentes”, admite o presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, Xavier Barreto, notando que esse trabalho será feito “ao longo das próximas semanas ou meses, depende muito do tipo de doente, de consulta ou de cirurgia e depende também do número de doentes que é preciso remarcar”.

Num futuro muito próximo – já este fim-de-semana – a preocupação do representante dos administradores hospitalares é com a gestão das altas dos hospitais. Esta actividade não está contemplada nos serviços mínimos decretados e numa altura de pressão sobre os hospitais, devido à gripe e outras infecções respiratórias, libertar camas é essencial para não estrangular os serviços de urgência. “Espera-se um fim-de-semana muito difícil”, alertou Xavier Barreto, lembrando que hoje há outra greve – convocada por sindicatos independentes da Função Pública.

Ontem, as actividades que implicam o trabalho de equipas, como é o caso das cirurgias, foram as mais afectadas, já que a paralisação teve adesão de várias categorias profissionais, nomeadamente médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e administrativos e técnicos de diagnóstico e terapêutica. Nos maiores hospitais do país – São João, no Porto, e Santa Maria, em Lisboa – todos os blocos operatórios estiveram encerrados, com excepção dos da urgência, que integram os serviços mínimos. Significa que, nos próximos dias, terão de ser reagendadas centenas de cirurgias, ocupando períodos que poderiam servir outros doentes. “Apesar do esforço dos médicos para recuperar a actividade e não prejudicar muito os doentes, os efeitos na saúde perpetuam-se”, reconhece Nuno Rodrigues, presidente do Sindicato Independente dos Médi-

cos (SIM), que não aderiu à greve.

O mesmo acontece com as consultas médicas, embora naqueles dois hospitais, pelo menos, o impacto desta greve possa ter sido menor do que noutros protestos. Tanto a ULS de Santa Maria como a de São João tiveram consultas a funcionar, com os médicos a saírem dos gabinetes para chamarem os doentes. E isto poderá estar relacionado com os números que, entretanto, foram divulgados.

Números muito distantes

Ao final da tarde, a ULS de Santa Maria avançou que a adesão à greve foi de 53% no período da manhã e 48% no período da tarde. Por categorias profissionais, acrescentou a unidade, aderiram 60% dos enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, 50% dos técnicos auxiliares de saúde, assistentes operacionais e assistentes técnicos. No caso dos médicos a adesão foi de 30%.



“Os médicos parecem ter aderido menos à greve do que outros grupos”, disse Xavier Barreto

Números muito distantes daqueles que foram anunciados durante a manhã por André Gomes, dirigente da Federação Nacional dos Médicos. À porta do Hospital de Santa Maria, o médico falou em níveis de adesão superiores a 90%, classificando o feito como “uma resposta massiva” a um pacote laboral que “é para cair”.

A menor adesão dos médicos foi a percepção que ficou para os gestores hospitalares. Ao PÚBLICO, Xavier Barreto notou que “os médicos parecem ter aderido menos do que outros grupos profissionais”, o que poderá reflectir “o momento de negociações em que se encontram” porque “não é só a legislação laboral que está em causa, tudo conta”. Nuno Rodrigues, do SIM, admite que essa menor adesão possa estar relacionada com o facto de o sindicato não ter aderido à greve. E não o fez porque o Governo recuou nos temas que mais preocupavam – protecção da parentalidade e organização do trabalho.

Já a presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM) responsabilizou o primeiro-ministro pelo protesto. “Cada cirurgia e cada consulta adiadas tem um culpado: Luís Montenegro e o seu Governo.



A greve geral existiu

Paralisação “Inexpressiva” para uns, a “maior de sempre” para outros • Reportagens em Lisboa e no Porto • Efeito no SNS dura meses • Opinião de Pedro Adão e Silva, Susana Peralta e David Pontes Destaque, 2 a 7